

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

**P. O. Box 3243, Addis Ababa, ETHIOPIA Tel.: (251-11) 5525849 Fax: (251-11) 5525855
Website: www.africa-union.org**

SC12515

**CONFERÊNCIA DA UNIÃO
Vigésima Terceira Sessão Ordinária
26 – 27 de Junho de 2014
Malabo, GUINÉ EQUATORIAL**

**Assembly/AU/15(XXIII)
Original Inglês**

**RELATÓRIO DE S.E. Sr. PAUL KAGAME, PRESIDENTE DA REPÚBLICA
DO RWANDA, SOBRE OS PROGRESSOS ALCANÇADOS NA
IMPLEMENTAÇÃO DA DECISÃO ASSEMBLY/AU/DEC.516(XXII),
RELATIVA AO RELATÓRIO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DOS
COMPROMISSOS DE SHARM EL SHEIKH DE ACELERAÇÃO DA
CONSECUÇÃO DOS OBJECTIVOS NO DOMÍNIO DA ÁGUA E
SANEAMENTO EM ÁFRICA**

I. Antecedentes

1. A Decisão Assembly/AU/Dec.516(XXII) foi tomada pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo (HoSG) da União Africana na sua 22.^a Sessão Ordinária em Janeiro de 2014. A Decisão designou, entre outras, S. E. Presidente Paul Kagame para liderar em 2015 a implementação das actividades tendentes a reparar as deficiências dos serviços de abastecimento de água, higiene e saneamento em África, particularmente ao nível familiar rural. Isso surge na sequência da informação contida no Relatório de 2011 sobre o Sector da Água em África submetido a Conferência da UA, indicando que África poderá não cumprir os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODMs) relativos a água e saneamento nas percentagens de 16% e 22% respectivamente.
2. O Relatório de 2011 sobre o Sector da Água, apresentando a situação da água e do saneamento no Continente africano, destaca também a necessidade de um maior esforço para melhorar o acesso ao saneamento básico em África. As doenças provocadas pelo pobre saneamento têm impacto sobre a força de trabalho e, por sua vez, adversamente afectam a produtividade económica bem como os rendimentos e poupanças familiares. De facto, estimativamente 1.7 milhões de vidas são perdidas anualmente em África devido a causas ligadas ao pobre saneamento. Além disso, os recursos da água e ambientais da África que são fundamentais para o lançamento do potencial de desenvolvimento bem como do crescimento e desenvolvimento sustentável enfrentam severa degradação devido em parte ao inadequado saneamento.
3. Por isso, a garantia de saneamento seguro em África não pode ser sobrevalorizado.
4. Como prova da consciência da União Africana (UA) para melhorar a actual situação, a Conferência pediu a disponibilidade de Sua Excelência Presidente Paul Kagame para mobilizar pelo menos 50 milhões de euros – defendendo em parte os eventos relativos a água e saneamento em curso na África – o que alavancará recursos adicionais para apoiar acções directas ao nível das comunidades. A esse propósito, nenhuma reunião¹ ligada a água para 20 ou mais pessoas será convocada sob os auspícios da União Africana, Conselhos dos Ministros Africanos sobre a água (AMCOW) e Água e Saneamento para África (WSA) pelos órgãos administrativos dessas instituições durante 2015 e 2016. Em essência, marcando ambos os anos como **Anos sem eventos ligados a água e saneamento em África**. A UA apela ainda aos parceiros de financiamento e de implementação da CUA, AMCOW e WSA para observarem os Anos sem eventos ligados a água e saneamento em África.
5. O custo e, mais importante, as poupanças pessoa –hora serão contributos aos outros esforços de mobilização de recursos para traduzir os existentes compromissos em acções tendentes a estender os serviços de água e saneamento para pelo menos cinco (5) milhões de pessoas em dez (10) Estados Membros da UA.
6. Um aspecto chave da decisão é o de promulgar as melhores práticas enquanto se cria uma cultura de acções entre pares orientada pela partilha de experiências entre os Estados Membros da UA. O compromisso da República do Ruanda para atingir as metas do saneamento tanto dos ODMs como da Visão Africana da Água 2025 foi evidente no Relatório de 2011 relativo a água e ao saneamento em África submetido a Conferência da UA. De facto, Ruanda ultrapassou essas metas, aumentando a proporção da sua população com acesso ao saneamento básico de 3% em 1990 para

78% em 2011. Essa realização deverá ser celebrada e partilhada em todo o Continente.

I. Plano de Acção de Kigali

7. O Plano de Acção de Kigali constituirá uma pioneira iniciativa baseada nas metas que utiliza os resultados do Relatório Anual sobre o Sector da Água submetido a Conferência da União Africana para sustentar a revisão e ou a concepção de intervenções que sejam sensíveis tanto as reais necessidades do sector da água como aos compromissos dos HoSG da União Africana. Como sublinhado anteriormente, o Plano de Acção se construirá nas lições extraídas da experiência da República do Ruanda que é baseada numa abordagem de gestão comunitária.

8. Introspecção ao Sucesso do Ruanda no Sector da Água, Saneamento e Higiene

A) Através do Programa para Promoção da Saúde Ambiental de Base Comunitária (CBEHPP) e do Modelo de Clube Comunitário para a Higiene (CHB), a República do Ruanda foi capaz de reduzir significativamente o fardo das doenças ligadas ao débil sistema nacional de higiene e de saneamento e ao fazê-lo contribuiu significativamente para os resultados de redução d pobreza. O foco do programa está centrado na erradicação da defecação a céu aberto, tratamento da água para consumo, trabalho comunitário mensal (*umuganda*), promotores da higiene ao nível das vilas (*umudugudu*), uma campanha para lavagem das mãos que inclui instalação de torneiras (*kandagirukarabe*) nos lugares públicos e especialmente nas escolas e uma campanha para limpeza do País e das cidades.

B) O sucesso do programa está articulado, em grande medida, as iniciativas de complementaridade que inclui o programa de gestão do lixo que promove a recuperação de recursos do fluxo de resíduos e a sua reutilização na agricultura e produção do gás biológico bem como aos mecanismos inovadores e pro-pobres de financiamento para gestão do ambiente, aproveitamento da água da chuva, gestão dos sistemas de fornecimento da água, conservação e protecção dos leitões e das suas bacias.

9. Formulação do Plano de Acção de Kigali

A) Como parte das actividades em curso para implementar a Decisão DEC. 516 (XXII) da Conferência da UA, o Governo da República do Ruanda criou um Comité de trabalho que integra representantes da Comissão da União Africana (CUA), Departamento da Economia Rural e Agricultura, Secretariado do Conselho dos Ministros Africanos para Água (AMCOW) e vários Ministérios do Ruanda. Além disso, o Governo do Ruanda realizou uma série de reuniões técnicas para criar uma abordagem estratégica para a implementação da Decisão da Conferência. As reuniões iniciaram em 24 de Fevereiro de 2014 com representantes de potenciais Parceiros tais como Comité Executivo da AMCOW, Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e Comité Directivo para Monitorização e Avaliação do Sector Africano da Água que inclui representação das Comunidades Económicas Regionais (CERs).

B) Entre os principais resultados dos engajamentos em curso entre o Governo da República do Ruanda, Comité Executivo da AMCOW, Secretariado da AMCOW, Comissão da União Africana, Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o Comité Directivo para Monitorização e Avaliação do Sector Africano da Água, está um acordado Roteiro para implementação da Decisão da Conferência bem como a selecção dos seguintes dez (10) Estados Membros da UA para contribuírem na

formulação e implementação do Plano de Acção de Kigali: **Burundi, República Centro-africana, Chade, Lesoto, Libéria, Madagáscar, Mali, Mauritânia, Sierra Leone e Sudão do Sul**. O processo de selecção dos primeiros Estados Membros está detalhado no Anexo I.

- C) Deverá ser também registado que a excepção do Lesoto e da Mauritânia, os outros Estados Membros que integram a lista são, de acordo com a definição do BAD, **Estados Frágeis**. Por isso, serão previstas actividades tais como acções complementares de aceleração em benefício directo das comunidades vulneráveis, contribuindo desse modo para a melhoria das condições de vida e, por sua vez, libertar o potencial de produção e fomentar o crescimento futuro. Com o devido reconhecimento dos desafios que se levantam por causa da fragilidade dos Estados, arranjos de implementação serão previstos para um nível de flexibilidade que seja suficiente para permitir respostas oportunas as necessidades prioritárias e assim gerir as expectativas.
- D) Planos estão em curso para envolver os acima mencionados Estados Membros da UA para determinar as suas individuais prioridades em matéria de água e saneamento para formulação do **Plano de Acção de Kigali**. Um elemento chave da estratégia de implementação será o da assinatura de **Memorandos de Entendimento** que ligam os recursos mobilizados aos Estados Membros individualmente para intervenções prioritárias.
- E) Está previsto que o Plano de Acção de Kigali seja implementado nos 10 Estados Membros durante um período de 5 anos a partir de 2015.
- F) As actividades de mobilização de recursos deverão iniciar em 2014 e terá continuidade durante o período do programa.
- G) Relatórios regulares de S. E. Presidente Kagame a Conferência fornecerão informações sobre os progressos bem como sobre os esforços para mobilização de um mínimo de 50 milhões de euros para financiar as intervenções e prestação as áreas rurais de serviços de água e de saneamento a 5 milhões de pessoas adicionais em África.
- H) O Banco Africano de Desenvolvimento será solicitado para receber e gerir o fundo. Será proposto que os procedimentos de governação e funcionamento do banco, da gestão fiduciária e de implementação de projectos sejam aplicados.

II. Mobilização de Recursos

10. Os Mecanismos de financiamento para implementação do Plano de Acção de Kigali incluirá:

- A) Contribuições dos Estados Membros bem como as dos Parceiros soberanos e não soberanos da UA da Iniciativa para fornecimento de água e saneamento as áreas rurais (RWSS), fundos fiduciários do BAD. Uma campanha de angariação de fundos será realizada, utilizando as oportunidades tais como as reuniões da Cimeira da UA, celebrações do Jubileu Dourado do BAD, Fórum Económico Mundial sobre África e Amigos da AMCOW (mobilização de recursos para o sector da água), uma série de Conferências será organizada para mobilizar recursos para financiar o Plano de Acção de Kigali. O Departamento de Operações, Água e Saneamento do BAD bem como o Departamento de Mobilização de Recursos e das Finanças Externas também apoiarão na campanha de angariação de fundos.
- B) Investimentos directos dos Estados Membros participantes para implementação dos seus planos de acção prioritários, incluindo a (re) priorização dos seus Planos

Estratégicos Nacionais de tal forma a utilizar o Fundo Africano de Desenvolvimento (ADF) e ou as Facilidades para os Estados Frágeis para cobrirem algumas das actividades individualmente nos Estados Membros conforme o Memorando de Entendimento do Plano de Acção de Kigali.

- C) Recursos canalizados através dos parceiros bilaterais de desenvolvimento para apoiarem os projectos prioritários do Plano de Acção.
 - D) Contribuições em espécie dos Estados Membros Participantes para facilitar a implementação dos seus planos de acção prioritários bem como dos patrocinadores corporativos que fornecem materiais e serviços para apoiar a implementação das actividades.
 - E) Poupanças resultantes dos eventos em curso ligados a água e saneamento. A esse propósito, seria desejável que durante os anos 2014 e 2016, os Estados Membros da UA não convocassem reuniões de angariação de fundos para o sector da água e saneamento de 20 ou mais pessoas. Ao mesmo tempo, os Estados Membros serão solicitados para coordenar a sua representação em eventos similares em África e fora dela para assegurar que não mais do que 20 delegados essenciais representem a África. Um apelo será também feito aos Estados Membros para aplicarem os orçamentos de 2015 e 2016 actualmente previstos para reuniões, conferências, workshops, simpósios, seminários, fora, retiros e outras de natureza similar para direccionar acções para alívio do sofrimento das pessoas ao nível das bases. De igual modo, os Parceiros de desenvolvimento deverão ser solicitados para usarem os orçamentos dos eventos para reforçar o financiamento das actividades práticas dos programas bilaterais de desenvolvimento. Tanto os Estados Membros como os Parceiros de desenvolvimento serão convidados a dar contribuições financeiras ao Fundo Fiduciário do RWSSI no BAD para uso no financiamento da implementação da Decisão da Conferência.
 - F) Contribuições financeiras individuais directas através de uma plataforma pública de financiamento baseada na doação que utilizará tanto o Plano de Acção de Kigali como serviços móveis de pagamento. Arranjos serão feitos para que os fundos angariados através da plataforma sejam cobrados e depositados numa instituição financeira de boa reputação do Ruanda antes de ser transferida para o Fundo Fiduciário da RWSSI pelo Governo do Ruanda.
 - G) Financiamento do sector privado através de projectos corporativos de responsabilidade social com empresas privadas em sectores tais como serviços móveis de transferência de dinheiro, bebidas engarrafadas, bens de consumo, alimentos e bebidas. Incidência será colocada sobre a mobilização de apoio particularmente das empresas activas nos Estados Membros Participantes e além disso daquelas empresas dos Estados Membros que são dependentes ou têm impacto sobre os recursos da água.
11. **Arranjos de acomodação:** para todos os mecanismos de financiamento que contam com a participação do BAD, os fundos angariados serão depositados no Fundo Fiduciário da RWSSI e o BAD utilizará as suas estruturas complementares, nomeadamente o Departamento da Água e Saneamento e as Facilidades Africanas para Água (AWF) para atingir os objectivos do Plano de Acção de Kigali.

III. Gestão e implementação do Fundo

12. Deverão ser aplicadas a estrutura de governação, gestão e os arranjos de implementação do Fundo Fiduciário da RWSSI.

13. A Sede do BAD e as estruturas de base e recursos para Burundi, República Centro-africana, Libéria, Madagáscar, Mali, Sierra Leone e Sudão do Sul serão utilizados para apoiar a implementação do Plano de Acção de Kigali naqueles Países. Além disso, Sierra Leone, Libéria, Mauritânia e Lesoto são programas sectoriais de desenvolvimento que serão usados como veículos de gestão e de implementação do Plano de Acção de Kigali. Apropriados arranjos de funcionamento e de gestão serão criados para a República do Chade.
14. **Mecanismo de desembolso pelo Fundo:** Enquanto os sistemas de gestão e de implementação do Fundo Fiduciário da RWSSI define o quadro geral, arranjos serão feitos para que o desembolso seja flexível e expedito e assim permitir a implementação do Plano de Acção de Kigali para responder de forma rápida as necessidades prioritárias dos **Estados Frágeis**.
15. **Mecanismos de Prestação de contas do Fundo, Monitorização, Avaliação e de apresentação de Relatórios**
 - A) Os mecanismos de prestação de contas, monitorização, avaliação e de apresentação periódica de relatórios deverão obedecer as disposições do Acordo Multilateral de Concessão da RWSSI.
 - B) O Governo do Ruanda em representação da Iniciativa, deverá integrar o Comité Directivo do Fundo Fiduciário da RWSSI e assim poder receber os relatórios financeiros e outros sobre os Fundos do Plano de Acção de Kigali que contribuem para o Fundo fiduciário. Ele assumirá a responsabilidade de resumir essa informação nos apropriados relatórios para os vários parceiros financeiros, de desenvolvimento, implementação e os intervenientes.

IV. Sustentabilidade e Perspectivas

16. Como parte da disseminação da Decisão e da campanha de criação de consciência, todos os Estados Membros da UA deverão ser encorajados para adaptar as medidas semelhantes a abordagem para que ela seja pioneira ao abrigo do Plano de Acção de Kigali nos seus respectivos Países como meio de conduzir acções directas para assegurar o saneamento e atender aos ODMs ligados a água e saneamento. As actividades a serem implementadas no quadro da Iniciativa serão definidas a partir das prioridades nacionais que tratam das prementes necessidades comunitárias e assim aproveitar as oportunidades da sinergia com os programas nacionais e assegurar a continuidade.
17. As operações de funcionamento e de manutenção das instalações deverão ser asseguradas pela apropriação comunitária e capacitação. Todo o esforço será feito para envolver as comunidades beneficiárias em todas as fases durante a planificação e desenvolvimentos das etapas dos projectos. As equipas de implementação dos projectos trabalharão em estreita colaboração com as comunidades beneficiárias e, sempre que possível, transferir conhecimentos e aptidões através de aconselhamento e aprendizagem no activo. Uma abordagem que encoraja as contribuições locais para a construção das instalações com materiais e ou força de trabalho deverá ser prosseguida, na medida do possível, em todos os projectos.
18. Uma medida do sucesso da Iniciativa será a transformação da situação do sector nos Estados Membros Participantes para atender as relevantes metas de fornecimento de água e de saneamento bem como o reforço de capacidades para sustentar os serviços.

19. Uma contribuição fundamental e duradoura da implementação do **Plano de Acção de Kigali** é a configuração antecipada do **Fundo Africano de Garantia de Investimento para Gestão da Água** no BAD, ratificado pela Decisão da Conferência da UA que afirma o compromisso dos Estados Membros em servir como uma facilidade de seguro de investimentos, fornecendo garantias extremamente necessárias para estimular a confiança dos investidores para ultrapassar os riscos políticos e não comerciais existentes ou associados aos investimentos no sector da água em África.

V. Roteiro

20. O quadro abaixo apresenta a lista das principais etapas e das propostas de actividades:

#	Actividade	Meta Data da Conclusão
A)	Ratificação pela Conferência da AU da Estratégia de Mobilização de Recursos e de Implementação, os Estados Membros Participantes e do Roteiro para implementação da Decisão da Conferência em Junho de 2014 na Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da UA	27 de Junho de 2014
B)	Assinatura do Memorando de Entendimento entre o Governo da República do Ruanda e o Banco Africano de Desenvolvimento sobre o acordo de depósito e gestão dos fundos para o Plano de Acção de Kigali, a margem da Cimeira de Junho de 2014	27 de Junho de 2014
C)	Lançamento da Mobilização de Recursos, Disseminação da Decisão e da Campanha de criação de consciência	27 de Junho de 2014
D)	Engajamento dos Estados Membros Participantes para iniciarem a preparação dos seus Planos Prioritários de Acção para integração no Plano de Acção de Kigali	04 de Juho del 2014
E)	Formação dos Pontos Focais dos Estados Membros Participantes sobre como preparar os seus Planos Prioritários de Acção	31de Julho de 2014
F)	Recolha de dados e conclusão dos Planos Prioritários de Acção	31 de Agosto de 2014
G)	Compilação dos Planos Prioritários de Acção dos Estados Membros Participantes para uso no Projecto do Plano de Acção de Kigali	20 de Set. de 2014
H)	Elaboração do Projecto do Memorando de Entendimento para ser assinado por cada Estado Membro Participante	08 de Out. de 2014
I)	Validação dos Planos Prioritários de Acção compilados (Projecto do Plano de Acção de Kigali e do projecto de Memorando de Entendimento pelos Estados Membros Participantes	08 de Out. de 2014
J)	Revisão do projecto do Plano de Acção de Kigali pelo governo do Ruanda, CUA e AMCOW	17 de Out. de 2014
K)	Convocação de um evento paralelo de Plano de Acção para Mobilização de Recursos pelo Governo do Ruanda aquando das Celebrações do Jubileu Dourado do BAD em Abidjan para discutir o envolvimento dos vários Parceiros na implementação de aspectos particulares do Plano de Acção. Isto incluirá os Estados Membros, Parceiros de desenvolvimento, Representantes das CERs, Sociedade Civil e os líderes de entidades privadas chave – incluindo PEPSI-Co, Coca-Cola, Unilever, Diageo, SAB Miller, Nestlé, empresas de serviço público, companhias de telecomunicações-particularmente aquelas que são activas nos Estados Membros beneficiários	04.de Nov de 2014
L)	Trabalhos para criação de um Fundo Africano de Garantia de Investimentos para Gestão da Água a ser liderado pelo BAD e a CUA para eventual ratificação da Conferência da UA, afirmando o compromisso dos Estados Membros	Dec 2015
M)	Apresentação do Plano de Acção de Kigali por S. E. Presidente Paul Kagame na Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo	30 Jan 2015
N)	Evento a margem, acolhido pelo Governo do Ruanda, na Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da UA para assinatura dos Memorandos de Entendimento entre os Estados Membros Participantes, República do Ruanda, CUA e Secretariado da AMCOW para operacionalização do Plano de Acção de Kigali. Convites para os Estados Membros, UE, Parceiros Bilaterias, BAD, Fundação Bill & Melinda Gate, Agências da ONU – ONUÁgua África, UNECA, PNUD e UNICEF, Organização para Cooperação Económica e Desenvolvimento (OCDE); OMS, Banco Mundial, EIB, Banco Islâmico de Desenvolvimento, Fórum Económico Mundial, Banco Árabe de Desenvolvimento Económico (BADEA), Fundo da OPEC, líderes do Sector Privado para: <ul style="list-style-type: none"> • Lançamento do Plano de Acção de Kigali; • Convite aos Parceiros para selecção de aspectos do Plano de Acção para financiamento e 	30 Jan 2015

	<ul style="list-style-type: none"> Ligação dos Estados Membros beneficiários com os Parceiros de financiamento. 	
O)	Seguimento regular, assistência técnica e monitorização dos Acordos de implementação	31 de Dez. de 2015
P)	Apresentação por S. E. Presidente Paul Kagame Relatório sobre o Sector Africano da Água 2015, incluindo os progressos registados na implementação do Plano de Acção de Kigali a Conferência da UA e entrega da Iniciativa a União Africana	29 de Jan. de 2016

VI. Conclusão

21. Este exercício pioneiro de utilizar o *Relatório Anual sobre o Sector da Água em África, submetido a Conferência da UA* para sustentar os processos de planificação e implementação das intervenções é um significativo avanço rumo a uma abordagem genuinamente baseada nas necessidades para ultrapassar os desafios com que se confronta o sector da água em África e, por sua vez, otimizar os recursos disponíveis.
22. Que esta iniciativa inaugural incida sobre a segurança da água e saneamento particularmente entre as comunidades rurais vulneráveis e carentes sublinha o compromisso de atingir as aspirações da África de crescimento económico inclusivo, sustentável e de prosperidade. Assegurar o saneamento tem benefícios directos para a melhoria do bem-estar, prosperidade económica e preservação do ambiente, transmitindo assim as dimensões social, económica e ambiental do desenvolvimento sustentável.
23. É também a tempo que levantamos o perfil do saneamento na Agenda de Desenvolvimento da África, especialmente dadas as estimativas de que até 80% das doenças tem impacto sobre a produtividade da nossa força de trabalho atribuído a pobre higiene e saneamento. O objectivo para atingir o acesso universal a água potável, melhoria do saneamento e da higiene em África é atingível e deverá ser prosseguido com renovado vigor.

VII. Recomendações

24. Daqui para frente, a Conferência é solicitada para ratificar a lista dos Estados Membros Participantes, a Estratégia de Mobilização de Recursos e de Implementação e o Roteiro para Implementação da Decisão AU/DEC. 516 (XXII) da Conferência.
25. A Conferência é ainda solicitada a lançar a iniciativa e encorajar todos os Estados Membros da UA, Banco Africano de Desenvolvimento e os Parceiros soberanos e não soberanos, especialmente aqueles activos no sector da água em África para apoiarem os esforços da África para assinalar os **Anos Sem Eventos sobre a Água e Saneamento em África**, se comprometendo adoptar intervenções directas ao nível comunitário para melhorar as condições de higiene e de saneamento bem como o desenvolvimento, utilização e gestão dos recursos da água da África.

Anexo

Anexo : Informação detalhada sobre o Processo de Selecção de 10 Estados Membros que beneficiarão do Plano de Acção de Kigali

1. Para assegurar objectividade na definição de critérios e no processo, uma reunião do Comité Directivo da Monitorização e Avaliação do Sector da Água em África foi convocada de 12 a 13 de Março de 2014. O Comité Directivo integra representantes da Comissão da União Africana (CUA), Conselho dos Ministros Africanos sobre a Água (AMCOW), Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e das Comunidades Económicas Regionais (CERs).
2. A reunião analisou, entre outras, a informação contida no Relatório sobre a Água e Saneamento em África, submetido a Conferência de Janeiro de 2014 da União Africana e nessa base Sua Excelência Presidente Kagame foi designado para presidir a iniciativa. Para essa iniciativa, a relevante secção do Relatório trata sobre o atingir das metas dos ODMs para a água e saneamento.
3. O Comité classificou os progressos dos Estados Membros na prossecução das metas. Então, a incidência foi colocada sobre 17 Estados Membros que apresentaram os piores resultados relativos ao tema específico de fornecimento de água e saneamento.
4. A lista dos 17 foi reduzida para 10 na base do volume do Produto Interno Bruto dos Estados Membros classificados em ordem ascendente.
5. O Comité Directivo submeteu a proposta da lista ao Comissário da UA para Economia Rural e Agricultura, Representante do Presidente do Comité Executivo do AMCOW, Ministro dos Recursos Naturais do Ruanda e ao Ministro de Estado para Energia e Água, Ruanda.
6. A lista revista foi submetida para análise de Sua Excelência, Presidente Paul Kagame.

2014-06-27

Report of H.E. MR Paul Kagame,
president of the republic of Rwanda on
the progress on implementation of
decision assembly/au/516(xxii) for fast
tracking the implementation of the July
2008 assembly declaration on the
Sharm el-sheikh commitments for
accelerating the achievement of water
and sanitation goals in Africa the Kigali
Action Plan Resources Mobilization and
Implementation Strategy

African union

African union

<http://archives.au.int/handle/123456789/5796>

Downloaded from African Union Common Repository